



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**Diretoria Central de Imóveis**

**TERMO DE CESSÃO Nº 19/2024**

**TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE USO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG, E O MUNICÍPIO DE MANGA, COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE NO INCISO III DO § 2º DO ART. 18 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01/04/2021, NA LEI ESTADUAL Nº 24.313/23, DE 28/04/2023, DECRETO ESTADUAL Nº 48.636, DE 19/06/2023, NO DECRETO ESTADUAL Nº 46.467, DE 28/03/14 E NA RESOLUÇÃO**

**Nome:** ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**CNPJ:** 05.461.142/0001-70

**Endereço:** Cidade Administrativa de Minas Gerais - Rodovia papa João Paulo II, nº 4.001 - Ed. Gerais - 3º andar - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG - CEP 31630-901

**Representante Legal:** Raphael Martinelli Nunes B. F. Sérgio

**Carteira de Identidade:** MG-17227462

**CPF:** 105.536.076-00

**Cargo:** Superintendente Central de Imóveis

#### **CESSIONÁRIO:**

**Nome:** : MUNICÍPIO DE MANGA

**CNPJ:** 18.270.447/0001-46

**Endereço:** Praça Coronel Bembém, nº 1.477, Centro, Manga /MG - CEP 39460-000

**Representante Legal:** Anastácio Guedes Saraiva

**Carteira de Identidade:** MG-8.824.120

**CPF:** 000.984.126-12

**Cargo:** Prefeito Municipal de Manga.

As partes acima identificadas acordam celebrar o presente Termo de Cessão Gratuita de Uso, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

É objeto deste termo, a Cessão de uso gratuita o imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais situado na Praça Raul Soares, nº 581, Centro, com área de 1.000,00m<sup>2</sup>, no Município de Manga, Matrícula nº 2542, no Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Manga, consoante documentação constante no “**Processo Manga - 16, Código do Imóvel 007796-6**”, arquivados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

A presente cessão de uso tem vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

**Parágrafo Único:** A Cessão poderá ser prorrogada, por igual período, mediante Termo Aditivo, observado o §2º do art. 44 do Decreto Estadual 46.467/2014.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO**

O imóvel será utilizado pelo CESSIONÁRIO, para fins de funcionamento de Secretarias Municipais e outros órgão públicos municipais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DA POSSE**

Ao CESSIONÁRIO é vedado ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a

qualquer título, a posse do imóvel objeto deste Termo, ou os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com expressa e prévia concordância do CEDENTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO**

O CESSIONÁRIO se obriga pela perfeita conservação do imóvel cedido, mantendo-o em bom estado de higiene e limpeza, bem como a fazer todos os consertos e reparos necessários resultantes do uso normal, às suas expensas, obrigando-se a restituí-lo, finda a cessão, nas mesmas condições em que o recebeu, livre e desembaraçado, não respondendo, no entanto, por danos e deteriorações resultantes do tempo ou de outros eventos alheios à sua ação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS**

O CESSIONÁRIO somente poderá edificar benfeitorias no imóvel com expressa concordância por escrito do CEDENTE, observadas as disposições do art. 9º do Decreto Estadual nº 46.467/2014, as quais serão incorporadas ao patrimônio do Estado, não podendo o CESSIONÁRIO invocar a seu favor qualquer direito a indenização ou retenção, seja a que título for.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS**

O CESSIONÁRIO será o responsável pelo pagamento de todas as despesas referentes ao imóvel, tais como tributos, encargos, taxas, contribuições de custeio e prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica e água, bem como de outras despesas das quais se beneficiar durante a utilização do imóvel.

**Parágrafo Único:** O CESSIONÁRIO deverá comprovar trimestralmente o pagamento dos tributos e encargos porventura incidentes, encaminhando as cópias dos recibos para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA ESTIPULAÇÃO ESPECIAL**

Adotará o CESSIONÁRIO, por sua conta e risco, as medidas de segurança, visando garantir e proteger o bem cedido contra assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, responsabilizando-se por quaisquer danos ao imóvel, no período em que esteve efetivamente sob sua posse, exceto se decorrentes de caso fortuito ou força maior.

**Parágrafo Único:** O CESSIONÁRIO obriga-se a promover a contratação de seguro contra incêndio, a fim de evitar danos ao imóvel objeto deste Termo.

#### **CLÁUSULA NONA– DA OBRIGAÇÃO PARA COM TERCEIROS**

O ESTADO de Minas Gerais não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do imóvel objeto deste Termo. Da mesma forma, o ESTADO de Minas Gerais não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do CESSIONÁRIO ou de seus servidores, empregados, subordinados, prepostos ou contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) por decisão amigável, havendo interesse de ambas as partes;
- b) por decisão unilateral, ocorrendo descumprimento de qualquer das obrigações, mediante comunicação escrita;
- c) pelo CEDENTE, quando de sua conveniência, por ato unilateral e discricionário de autoridade

competente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

**Parágrafo Primeiro:** O CEDENTE deverá emitir e assinar TERMO DE DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL no ato do recebimento e certificar-se de que foram cumpridas todas as obrigações estabelecidas neste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** O descumprimento de qualquer obrigação pelo CESSIONÁRIO ou o desvirtuamento da utilização do imóvel ou modificação de suas finalidades implica rescisão imediata deste Termo.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de rescisão por ato do CEDENTE, o CESSIONÁRIO será formalmente notificado por escrito, com determinação do prazo máximo para desocupação do imóvel.

**Parágrafo Quarto:** O CEDENTE não está obrigado a indenizar ou ressarcir o CESSIONÁRIO em decorrência da rescisão.

**Parágrafo Quinto:** O CESSIONÁRIO tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação do presente instrumento, para comprovar ao CEDENTE o cumprimento da utilização do imóvel para a finalidade pública indicada na Cláusula Terceira.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

Obriga-se o CESSIONÁRIO a prestar todas as informações solicitadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, referentes ao imóvel objeto desta cessão de uso, bem como permitir o acesso ao imóvel aos servidores do Estado incumbidos da tarefa de fiscalizar o cumprimento das disposições do presente Termo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em obediência ao disposto nos termos do art. 44, § 1º, do Decreto Estadual n.º 46467/2014.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste Termo, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Termo via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para os fins e efeitos legais.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023

**RAPHAEL MARTINELLI B. F. SÉRGIO**  
SUPERINTENDENTE CENTRAL DE IMÓVEIS

**ANASTÁCIO GUEDES SARAIVA**  
PREFEITO MUNICIPAL DE MANGA



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Martinelli Nunes Barbosa Feliciano Sérgio**, **Superintendente**, em 01/04/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ANASTACIO GUEDES SARAIVA**, **Prefeito Municipal**, em 01/04/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **84810454** e o código CRC **6C9918C0**.

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1500.01.0242678/2023-84

SEI nº 84810454

## REQUERIMENTO DE AIA

O Supervisor Regional da URFBio Nordeste do IEF torna público que o(s) requerente(s) abaixo identificado(s) solicitou(ram) Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s):

\*Santa Rita Granitos LTDA – CPF 04.xxx.xxx/xxxx-22 – Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (3,454 hectares) – Curral de Dentro/MG – Processo nº 2100.01.0007385/2024-40; em 31/03/2024.

\*Hélio Pereira dos Santos – Curral dos Santos – CPF 082.xxx.xxx-11 – Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (10 hectares) – Curral de Dentro/MG – Processo nº 2100.01.0048721/2023-53; em 31/03/2024.

(a) Luiz Cláudio Pena Ferreira  
Supervisor Regional URFBio Nordeste

8 cm -02 1922926 - 1

## REQUERIMENTO DE DAIA

A Supervisora Regional da URFBio Rio Doce do IEF torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA, conforme o processo abaixo identificado:

\*Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA/ Moreira- CNPJ:\*\*\*.796/0001-\*\*. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo –Guanhães-MG– Processo Nº 2100.01.0008602/2024-64; em 01/04/2024.

(a) Ariane Cristine Araújo Goulart  
Supervisora da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce

## CONCESSÃO DE DAIA

A Supervisora Regional da URFBio Rio Doce do IEF torna público que foram concedidas Autorização para Intervenção Ambiental, conforme os processos abaixo identificados:

\*Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA/ Fazenda Três Barrinhas, Córrego Três Barrinhas/ Encruzilha, Fazenda Taquaral/Córrego Taquaral e Córrego São Domingos - CNPJ: 42.\*\*\*.\*\*\*0001-99. Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP, em área autorizada de 0,0016 ha. Coraci/MG, Processo Nº 2100.01.0007874/2024-29. - Validade de 3 (três) anos.

(a) Ariane Cristine Araújo Goulart  
Supervisora da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce

6 cm -02 1923008 - 1

## Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 54/2024 - Planejamento nº 314/2023 Processo SEI nº 1320.01.0149238/2023-43. Objeto: COMPRA CENTRAL - MEDICAMENTOS I - ATENDIMENTO JUDICIAL, sob demanda, futura e eventual. - Partes SEPLAG e as Empresas:

Ata 54/2024 - I – ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item do lote	Valor R\$	Item do lote	Valor R\$	Item do lote	Valor R\$
83	0,83	85	0,43	140	0,15
155	1,42	156	1,42	---	---
Ata 54/2024 - II - BH FARMA COMÉRCIO LTDA					
40	16,57	41	22,48	44	0,1450
93	15,41	124	3,5870	125	2,49
132	30,00	---	---	---	---
Ata 54/2024 - III - BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES SA					
1	218,60	31	589,52	32	1.965,05
34	9.389,20	42	47,71	50	0,69
51	1,66	76	0,7440	96	89,87
99	2,77	115	0,9965	118	0,34
119	1,69	122	69,65	138	2,86
139	5,60	141	1.961,52	145	144,29
152	35,29	153	33,62	165	0,1828
Ata 54/2024 - IV - CM HOSPITALAR S.A.					
100	2,56	142	28,88	144	28,88
Ata 54/2024 - V - COSTA CAMARGO COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
29	1,21	30	1,93	46	0,35
54	1,34	57	0,70	60	5,38
73	3,69	74	3,69	137	6.882,33
167	9,79	---	---	---	---
Ata 54/2024 - VI - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA					
6	59,98	56	36,45	133	35,74
159	6,5160	---	---	---	---
Ata 54/2024 - VII - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA					
87	0,68	89	1,10	---	---
Ata 54/2024 - VIII - DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
15	0,08	16	0,0690	---	---
Ata 54/2024 - IX - ELFA MEDICAMENTOS S.A.					
101	4,2440	---	---	---	---
Ata 54/2024 - X - GRIFOLS BRASIL LTDA					
10	872,94	---	---	---	---
Ata 54/2024 - XI - HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
111	386,27	143	117,45	146	98,98
Ata 54/2024 - XII - MED CENTER COMERCIAL LTDA					
13	4,04	88	0,51	90	0,85
129	0,95	---	---	---	---
Ata 54/2024 - XIII - MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA					
38	0,27	39	0,26	98	2,23
166	3,80	---	---	---	---
Ata 54/2024 - XIV - NOVARTIS BIOCÊNCIAS SA					
49	49.133,64	---	---	---	---
Ata 54/2024 - XV - ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
134	1,37	162	1,36	---	---
Ata 54/2024 - XVI - PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA					
116	1.780,00	117	510,00	---	---
Ata 54/2024 - XVII - PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
3	0,47	4	0,32	9	3,96
77	32,09	160	2,1150	161	1,19
Ata 54/2024 - VXIII - SAMEH SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA					
37	0,3530	78	3,77	80	0,16
81	0,2196	97	1,18	106	118,00
Ata 54/2024 - XIX - SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA					
8	12.783,30	12	1.926,08	---	---
Ata 54/2024 - XX - SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
25	0,30	26	0,35	28	0,78
36	12,00	64	0,05	67	0,50
70	0,99	71	0,16	84	2,45
105	17,90	112	0,40	---	---
Ata 54/2024 - XXI - TRES PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA					
92	0,20	---	---	---	---

Assinam: Fernando de Paula Ávila, pela SEPLAG, Valdemir Regamonte, Luciano Alves Rocha, Rafael Lucas Do Carmo, Lorraine Merhy Zancanella Ariede, Felipe David Mello Fontana, Adriano Gomes Dos Santos, Luiz Augusto Varnier, Fagner Genelhu Ferreira Penna, Felipe De Araujo Gomes, Roberto Antunes De Mattos, Luiz Cândido De Almeida Neto, Rodrigo Venâncio Ahmed, Rita De Cássia Sanches Rezende, Leandro Alves Dos Reis, Camila Tiemy Hotta, Iris Beatriz Felipe Nunes Dos Santos, João Bosco Xavier, Giseli Bassani Dos Santos, Jefferson Campos Mastaler, Lucélia Ferreira Gomes, Ricardo Barone, Lázaro Calebe Nery Do Carmo e Fabio Augusto Carvalho Pereira pelas Empresas.

36 cm -02 1923341 - 1

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO  
Convênio nº 06/2024. Partes: SEPLAG e INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA. Objeto: Propiciar aos alunos dos cursos de graduação da conveniada a realização de estágio obrigatório e não-obrigatório na conveniente, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho, por meio da prática da teoria adquirida. Vigência: 60 meses, a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e/ou no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. Data de assinatura: 01/04/2024. Assinam: Rodrigo Guerra Furtado pela SEPLAG, Rita de Cassia Oliveira pelo INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA.

3 cm -02 1922970 - 1

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO  
CONTRATO Nº 9394388/2023 DE SERVIÇO  
Firmado entre o ESTADO DE MINAS GERAIS por meio do(a) SEPLAG, e o(s) fornecedor(es) 21.343.804/0001-63 - FEGO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, Processo nº 1501122

000095/2023, Registro de preços realizado no SIRP. Objeto: Contratação de serviços de cabeamento estruturado (projetos e racks) para atendimento de demandas de unidades da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão que funcionam fora do complexo da Cidade Administrativa de Minas Gerais. Encerramento do contrato a partir de 14/03/2024.

3 cm -02 1923383 - 1

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO GRATUITA  
DE USO DE IMÓVEL Nº 19/2024  
Prazo de 05 anos a contar da data da publicação pelas partes EMG por sua Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e o Município de Manga  
Raphael Martinelli Nunes Barbosa Feliciano Sérgio  
Superintendente Central de Imóveis

2 cm -02 1922944 - 1

## Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito - CET

## EDITAL DE LEILÃO Nº 3142/2024 - CONSERVADOS / SUCATAS APROVEITÁVEIS

O ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET/MG, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I; art. 328, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e conforme com a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623, de 6 de setembro de 2016, torna público que realizará LEILÃO, recebendo o Nº 3142/2024 - CONSERVADOS - SUCATAS APROVEITÁVEIS, de veículos nos pátios vinculados à CET-MG, presidido pela Comissão de Leilão da CET-MG, instituída pela Portaria nº 01/2024 sendo o evento regido pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores, no que couberem, para alienação, pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram, de acordo com as regras e disposições deste ato convocatório.

## 1 - Cláusula Primeira - Do Objeto do Leilão:

- 1.1 - Os objetos deste processo de leilão são veículos apreendidos e recolhidos em pátios, discriminados individualmente no anexo único deste Edital;
- 1.2 - No anexo único deste Edital também será indicada a situação atual de cada veículo objeto do leilão, especificando tratar-se de veículo conservado ou sucata;
- 1.3 - O veículo considerado CONSERVADO é aquele que se encontra em condição de segurança para trafegar, desde que o arrematante tome todas as providências necessárias, no prazo e forma exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97), e resolução elencada no preâmbulo deste Edital, para colocá-lo novamente em circulação;
- 1.4 - O veículo considerado SUCATA é aquele que se encontra impossibilitado de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação;
- 1.5 - Os veículos classificados como SUCATAS, incluídos neste leilão, são divididos em:
  - I - Sucatas aproveitáveis: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;
  - II - Sucatas aproveitáveis com motor inservível: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo, registro VIN;
  - 1.6 - O veículo considerado SUCATA, não poderá voltar a circular, devendo ser baixado conforme estabelecido no subitem 12.5;
  - 1.8 - O(s) lote(s) 107, 110, 121, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 143, 144, 149, 150, 152, 160, 165, 167, 171, 173, 174, 192 e 198 possuem blocos de motor inservível para uso na sua forma original devendo ser destruídos pelo arrematante; portanto são sucatas aproveitáveis com motor inservível, conforme descrito no subitem 1.5, II;

## 2 - Cláusula Segunda - Das Disposições Legais:

- 2.1 - A presente alienação visa dar cumprimento ao disposto na legislação vigente, em especial, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, art. 328 e a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623/2016;
- 2.2 - Aplica-se no que couber, a Legislação pertinente à matéria: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014; Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1994; Lei Estadual nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; Decreto Estadual nº 43.824, de 28 de junho de 2004; Decreto Estadual nº 44.806, de 12 de maio de 2008; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016.

## 3 - Cláusula Terceira - Do Lance Inicial:

- 3.1 - O lance inicial terá por base o valor mínimo avaliado e discriminado individualmente no anexo único deste Edital;
- 3.2 - Os interessados em condições de participação efetuarão lances, a partir do preço mínimo de avaliação constante no anexo único deste Edital, considerando vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo Leiloeiro, desde que satisfaça as condições estabelecidas nas Cláusulas constantes neste Edital;
- 3.3 - Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

## 4 - Cláusula Quarta - Da Data, Horário e Local:

- 4.1 - Os lotes descritos neste Edital serão leiloados em sessão pública que será iniciada no dia 19/04/2024, às 08:00 e finalizada no dia 24/04/2024 às 17:55;
- 1 - Durante os últimos segundos da arrematação de cada lote, enquanto houver lances, a contagem irá retroceder de 30 (trinta) a 60 (sessenta) segundos;
- 4.2 - A sessão ocorrerá por meio do Sistema de Leilão de Veículos, disponível no endereço eletrônico leilao.detrans.mg.gov.br;
- 4.3 - O licitante deverá atentar para o período de recebimento de lances destinados a cada lote, sendo este compreendido entre a data e horário do início e encerramento da sessão pública, exceto quando ocorrer o caso previsto no item 4.1, I;

## 5 - Cláusula Quinta - Da Visitação:

- 5.1 - A VISITA ao pátio PARA INSPEÇÃO VISUAL dos veículos poderá ser feita pelos interessados nos dias 18 e 19 de abril, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas, em seu respectivo endereço, a saber:
  - 5.1.1 – BEM GUARDADO - DISTRITO DO JATOBÁ, situado na Avenida Perimetral, nº 2797 - FIRMA, Bairro Distrito do Jatobá, Belo Horizonte-MG;
  - 5.2 - É assegurado a todo interessado o direito de inspecionar, visualmente, todos os veículos automotores, nos dias e horários indicados na Cláusula Quarta, subitem 5.1, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.
  - 5.3 - É permitida, exclusivamente, a avaliação visual dos bens, sendo vedado o seu manuseio e retirada dos lotes;
  - 5.4 - Nenhum bem constante do lote arrematado poderá ser recuperado ou consertado no local da visitação;
  - 5.5 - É proibida a entrada nos locais de visitação, nas datas e horários estabelecidos neste edital, com mochilas, capacetes, bolsas ou equivalentes;

## 6 - Cláusula Sexta - Das Condições De Participação:

- 6.1 - O licitante poderá participar do Leilão mediante cadastro no Sistema de Leilão de Veículos, disponível no endereço eletrônico <https://leilao.detrans.mg.gov.br/pre-arrematados/cadastrar>, como:
  - a - Pessoa física, mediante apresentação dos documentos descritos no item 7.1 no Sistema de Leilão de Veículos, conforme o caso;
  - b - Pessoa jurídica, mediante cadastro do seu representante legal, consoante designação expressa no Contrato Social (ou equivalente) e apresentação dos documentos descritos no item 7.1 no Sistema de Leilão de Veículos, conforme o caso.
- 6.2 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, do leilão:
  - I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
  - II - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - III - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- §1º - O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

## 7 - Cláusula Sétima - Do Cadastro no Sistema de Leilão de Veículos:

- 7.1 - Para fins de cadastramento, o licitante deverá apresentar, por meio do Sistema de Leilão de Veículos, os seguintes documentos:
  - a - Documento de identificação oficial previsto na legislação federal ou Comprovante de Emancipação, se for o caso;
  - b - Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - c - Comprovante de endereço;
  - d - Endereço de correio eletrônico (e-mail);
  - e - Telefone(s) para contato;
  - f - Certidão de credenciamento junto à CET/MG para a aquisição de veículos irrecuperáveis, classificados como “SUCATA”, conforme Portaria DETRAN/MG nº 92/2021. Para a obtenção da certidão supracitada, o licitante poderá entrar em contato com a Diretoria de Gestão de Credenciamento de Veículos, por meio do e-mail: [credenciamento.veiculos@transito.mg.gov.br](mailto:credenciamento.veiculos@transito.mg.gov.br);
  - g - Ato constitutivo da Pessoa Jurídica.
- I - O Sistema de Leilão de Veículos aceitará apenas documentos digitalizados e salvos no formato Portátil de Documento – PDF.
- II - Os documentos referidos no item anterior poderão ser solicitados, a qualquer tempo, devendo ser exibidos no original ou por qualquer processo de fotocópia (devidamente autenticada por cartório ou por servidor da Administração), ou, ainda, estarem publicados em qualquer órgão ou entidade de imprensa oficial.

7.2 - A partir da realização do cadastro pelo licitante, a Comissão de Leilão terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para liberar o acesso ao Sistema de Leilão de Veículos

- I - A liberação do acesso está condicionada à análise e aprovação da documentação encaminhada pelo licitante e será comunicada, por meio do e-mail cadastrado pelo licitante, sendo, na oportunidade, encaminhados login e senha, de uso pessoal e intransferível.
- II - Caso o cadastro seja reprovado, será encaminhada uma notificação ao e-mail cadastrado pelo licitante.
- III - No caso de complementação ou correção do cadastro, este será novamente analisado pela Comissão de Leilão em até 05 (cinco) dias úteis.

## 8 - Cláusula Oitava - Dos Procedimentos do Leilão:

- 8.1 - Os lotes relacionados neste edital deverão ser arrematados eletronicamente, por meio do Sistema de Leilão de Veículos.
  - I - Todo o material de instrução para cadastro, oferta de lances, emissão do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, da Nota de Arrematação e Autorização de Retirada estará disponível no endereço eletrônico [leilao.detrans.mg.gov.br](https://leilao.detrans.mg.gov.br);
  - II - A participação no leilão realizado na forma eletrônica, em quaisquer de suas fases, implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes ao Sistema de Leilão de Veículos, ainda que representado por intermédio de procurador.
- 8.2 - Os interessados efetuarão sucessivos lances eletrônicos, a partir do valor mínimo definido para cada lote, de acordo com o Anexo Único deste Edital, considerando-se arrematante o licitante que fizer o MAIOR LANCE POR LOTE.
  - I - Os intervalos dos lances serão fixos e definidos por lote.
  - II - Uma vez realizado o lance, não se admitirá a sua desistência.
- III - Na sucessão de lances, a diferença do valor NÃO PODERÁ ser inferior à estabelecida pela Comissão de Leilão em consonância com o item 8.2.1.
- IV - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.

8.3 - Encerrada a etapa de lances, o Sistema de Leilão de Veículos informará o vencedor e a Comissão de leilão adjudicará o lote ao arrematante, que será notificado por meio do e-mail cadastrado.

## 9 - Cláusula Nona - Do Pagamento:

- 9.1 - O pagamento do bem arrematado será à vista e o arrematante deverá fazê-lo diretamente nas agências bancárias, através do DAE – Documento de Arrecadação Estadual, disponível para impressão no Sistema de Leilão de Veículos após o encerramento da sessão.
- 9.2 - Será emitido um DAE – Documento de Arrecadação Estadual para cada lote arrematado, com prazo máximo de pagamento de 03 (três) dias úteis, a serem contados a partir do encerramento da sessão de leilão.
  - I - Em nenhuma hipótese o prazo para pagamento será prorrogado, salvo em casos fortuitos ou de força maior.
- 9.3 - Caso o arrematante não execute o pagamento do DAE – Documento de Arrecadação Estadual dentro do prazo estabelecido, perderá o direito de aquisição do lote e estará sujeito às sanções previstas na Cláusula Décima Quarta deste Edital.
- 9.4 - A confirmação de pagamento do DAE dar-se-á de forma automática pelo Sistema de Leilão de Veículos, restando ao arrematante aguardar a disponibilização da Nota de Arrematação e do Alvará de Liberação.

## 10 - Cláusula Décima - Das Obrigações:

- 10.1 - Caberá ao Arrematante, nos termos da legislação de trânsito vigente, na hipótese de se tratar de veículo CONSERVADO, que poderá voltar a circular, promover a sua transferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da Carta de Arrematação, e atendidas às demais exigências legais (art. 123, do CTB - Lei Federal nº 9.503/97), exceto nos casos em que a extrapolação do prazo se der pela mora na desvinculação das restrições à transferência existentes antes da data do leilão, hipótese em que o prazo supracitado passará a contar da data da desvinculação da última restrição, situação que deverá ser verificada pela respectiva autoridade policial no ato da transferência.
- 10.2 - O Arrematante é responsável pela utilização e destino final dos bens objetos deste leilão e demais resíduos gerados, e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital;
- 10.3 - É proibido ao Arrematante ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar os bens arrematados, antes da confecção da Nota de Arrematação e da retirada dos bens.

## 11 - Cláusula Décima Primeira - Da Arrematação:

- 11.1 - Será considerada Arrematante a pessoa natural ou jurídica, que oferecer pelo veículo ou pelo lote de veículos o lance de maior valor;
- 11.2 - Após o pagamento do preço ofertado, a CET-MG emitirá a Nota de Arrematação correspondente, na qual deverá constar:
  - I - Se pessoa natural, o nome completo do Arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP;
  - II - Se pessoa jurídica, a razão social da empresa Arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP;
  - III - Termo de ciência e responsabilidade assinado pelo Arrematante, de que o bloco do motor dos lotes números: 107, 110, 121, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 143, 144, 149, 150, 152, 160, 165, 167, 173, 174, 192 e 198, são inservíveis para uso na sua forma original, devendo ser destruídos pelo Arrematante;



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202404030037500152.